



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Rua Adilson José Pinto Pereira, nº 1409, - Bairro São Lázaro, Macapá/AP, CEP 68900-000
Telefone: , - <http://www.incra.gov.br>

EDITAL Nº 1047/2023

Processo nº 54000.101198/2023-71

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO AMAPÁ EDITAL DE COMUNICAÇÃO Nº 1047/2023, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PNRA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA CRIADOS PELO INCRA - PAE ILHA DE ARUÃS

O SUPERITENDENTE REGIONAL DO INCRA NO AMAPÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso V do art. 112 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria nº 2.541, de 2022, publicada no DOU em 30/12/2022, designado pela Portaria/MDA/Nº/1.828 de 08 de maio de 2023, e em conformidade com a Instrução Normativa INCRA nº 98/2019, de 30/12/2019, publicada no DOU do dia seguinte, Seção 1, torna público o presente Edital de Comunicação da Seleção de Famílias Beneficiárias do Projeto Nacional de Reforma Agrária - PNRA, no PAE ILHA DE ARUÃS, criado pela Portaria INCRA/Nº 23, de 05/12/2014, publicada no DOU em 16/12/2014, Seção 1, localizado no município de Vitória do Jari/AP.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo de seleção será **restrito às famílias de população tradicional que já residam na área do PAE Ilha de Aruãs.**

2. DAS VAGAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA

2.1. Seleção para **36 (trinta e seis) vagas** do Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE ILHA DE ARUÃS.

3. LOCAL DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas no período de **07 a 11 de dezembro de 2023**, conforme:

Município/UF da inscrição	Endereço da inscrição	Data e horário da inscrição
Vitória do Jari/AP	Nas diversas comunidades inseridas no PAE ARUÃS	Data: 07 a 11/12/2023 horário: das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00

Quadro I - Local da Inscrição

4. INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição é **gratuita** e poderá ser feita por qualquer interessado de forma individual, que **indicará os titulares** e os demais integrantes da unidade familiar candidata.

4.2. Para candidatar a família a beneficiária do PNRA, o interessado deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, (CadÚnico) nos termos do disposto no [Decreto nº 11.016, de 2022](#).

4.3. Para a inscrição, deverá ser utilizado o formulário disponível no modelo do Anexo IV deste Edital (SEI 17908947).

4.4. DOCUMENTOS PESSOAIS OBRIGATÓRIOS PARA APRESENTAR NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO

4.4.1. É obrigatória, no ato da inscrição, a apresentação do original ou cópia autenticada dos seguintes documentos dos representantes da unidade familiar candidata:

I– Documento de identificação civil com foto e fé pública em todo o território nacional (carteira de identidade ou carteira de trabalho ou carteira de habilitação);

II– Número de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III– Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, da Previdência Social, pelo <https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/extrato>; e

IV– Extrato do Cadastro Único para Programas Sociais – *CadÚnico, disponível* Consulta Cidadão (para o candidato) está disponível pelo site: www.mds.gov.br/consultacidadao e pelo aplicativo para celulares *Android* “Meu CadÚnico”.

V - Nas situações de estado civil:

- a. Solteiro: Certidão de Nascimento;
- b. Solteiro emancipado: Comprovação dentre aquelas previstas no Código Civil, a saber – pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público; exercício de emprego público efetivo; colação de grau em curso de ensino superior; estabelecimento civil ou comercial, ou existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- c. Casado: Certidão de Casamento;
- d. União estável: Certidões de Nascimento e Declaração de União Estável;
- e. Divorciado, desquitado ou separado judicialmente: Averbações na Certidão de Casamento; e
- f. Viúvo: atestado de óbito.

4.4.2. E ainda, na inscrição apresentar documentos comprobatórios para a pessoa que:

- a. Tiver mandato de representação sindical, associativa ou cooperativa: *identificação dos demais integrantes da unidade familiar que se comprometem a explorar a parcela*, na hipótese de a unidade familiar ser composta por apenas um indivíduo, deverá comprovar a compatibilidade do trabalho com a exploração da parcela e documentação pessoal dos demais integrantes da unidade familiar que se comprometem a explorar a parcela;
- b. Possuir deficiência que se inscrevam de maneira individual, será exigida apresentação de laudo médico que ateste a capacidade de exploração da parcela;
- c. For aposentado por invalidez que se inscrevam de maneira individual, será exigida apresentação de laudo médico que ateste a capacidade de exploração da parcela;
- d. Comprovante de que presta serviço de interesse comunitário à comunidade rural ou à vizinhança do projeto de assentamento, desde que o exercício do cargo, emprego ou função pública remunerada.
- e. Ocupação e uso do território e os recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitido pela tradição, conforme definido no Decreto n.º 6.040 de 2007, como Povos e Comunidades Tradicionais.

4.4.3. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão, da Superintendência Regional do Incra no Amapá/SR(AP), do direito de indeferir do processo seletivo aquele que não preencher os requisitos completos ou apresentar informações inconsistentes ou divergentes dos documentos comprobatórios solicitados no item 4.4 deste Edital.

5. NÃO PODERÁ SER SELECIONADO COMO BENEFICIÁRIO DO PNRA

5.1. TERÁ INDEFERIDA DA INSCRIÇÃO:

I - for ocupante de cargo, emprego ou função pública remunerada;

II - tiver sido excluído ou se afastado de programa de reforma agrária, de regularização fundiária ou de crédito fundiário, sem consentimento do seu órgão executor;

III - for proprietário rural, exceto o desapropriado do imóvel para o qual ocorre a seleção e o agricultor cuja propriedade seja insuficiente para o sustento próprio e o de sua família;

IV - for proprietário, quotista ou acionista de sociedade empresária em atividade;

V - for menor de dezoito anos, não emancipado na forma da lei civil; ou

VI - auferir renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais ou a um salário mínimo *per capita*.

5.1.1. As disposições constantes dos itens acima I, II, III, IV e VI do item 5.1 deste Edital se aplicam aos cônjuges e companheiros, inclusive em regime de união estável, exceto em relação ao cônjuge separado judicialmente ou de fato que não tenha sido beneficiado pelos programas de que trata o item II do 5.1 deste Edital.

5.1.2. Na hipótese de alteração da composição da unidade familiar por inclusão de novo integrante cônjuge ou companheiro de beneficiário já homologado, não será necessária nova verificação dos requisitos de elegibilidade.

5.1.3. A vedação de que trata o inciso I do item 5.1 deste Edital não se aplica ao candidato que preste serviços de interesse comunitário à comunidade rural ou à vizinhança do projeto de assentamento, desde que o exercício do cargo, do emprego ou da função pública seja compatível com a exploração da parcela pela unidade familiar.

5.1.4. Para fins do disposto no item 5.1.3 deste Edital, são considerados como de interesse comunitário as atividades e os serviços prestados nas áreas de saúde, educação, transporte, assistência social e agrária.

5.1.5. Para fins do disposto no item VI do item 5.1 deste Edital, o Incra analisará a renda *per capita* apenas quando a renda familiar for superior a três salários mínimos.

5.1.6. Desde que não se enquadre nos impedimentos previstos no 5.1 deste Edital, poderá ser beneficiário do PNRA o candidato que exerça mandato de representação sindical, associativa ou cooperativa se for comprovada a compatibilidade do exercício do mandato com a exploração da parcela pela unidade familiar.

6. RECURSO DA LISTA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

6.1. Após a análise das inscrições dos candidatos, a Comissão Regional divulgará, no sítio eletrônico do Incra e na sede da unidade responsável pela seleção, o Edital da Lista das Inscrições Deferidas e Indeferidas, com a indicação dos respectivos motivos.

6.1.2. Da decisão de indeferimento da inscrição caberá recurso ao Comitê de Decisão Regional - CDR, **em 15 (quinze) dias úteis**, contados da publicação deste Edital.

6.1.3. O recurso poderá ser apresentado de acordo com formulário-modelo para recurso constante no Anexo II do Edital da Lista das Inscrições Deferidas e Indeferidas (SEI 17907945).

6.1.4. O recurso deverá ser protocolado na Superintendência Regional do Incra no Amapá, localizada na rua Adilson José Pinto Pereira, nº 1409, bairro São Lázaro, Macapá/AP, CEP nº 68908-571.

6.1.5. Não será aceito recurso administrativo por via postal, fax ou correio eletrônico.

6.1.6. A Comissão Regional receberá e analisará o recurso, podendo reconsiderar a decisão.

6.1.7. Após o julgamento dos recursos pelo CDR, a Comissão Regional divulgará, no sítio eletrônico do Incra e na sede da unidade responsável pela seleção, o Edital da Lista Definitiva das Inscrições Deferidas e dos Candidatos Eliminados.

7. RESULTADOS

7.1. Após os resultados do processo de seleção do PAE será divulgada no sítio eletrônico do Incra:

I- Relação de Famílias Beneficiárias (RB) - unidade familiar selecionada e homologada no PNRA; e

II- Relação de Famílias Vinculadas (RV), se houver - unidade familiar considerada não apta pelas vedações previstas no art. 7º do Decreto nº 9.311, de 2018, sem acesso às políticas públicas do PNRA, mas poderão participar de outros programas governamentais, sem sair do PAE conforme sua identificação.

(Documento assinado eletronicamente)

GERSULIANO DA SILVA PINTO

Superintendente Regional do Incra no Amapá – SR(AP)

Portaria de pessoal nº 269, de 08 de maio de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Gersuliano da Silva Pinto, Superintendente**, em 17/11/2023, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17908190** e o código CRC **48DAF9DC**.

Referência: Processo nº 54000.101198/2023-71

SEI nº 17908190